

Aconteceu

Plano entrega estatais ao capital estrangeiro

Entre as tantas medidas do choque econômico do governo Collor está a desnacionalização das empresas estatais permitindo que as dívidas contraídas no exterior possam ser convertidas em participação acionária nas empresas devedoras. Em todo o país, cresce o protesto contra a recessão e o desemprego provocados pelo plano do governo. Página 6.



Alberto Fujimori acena para eleitores em Lima



Vargas Llosa faz o último comício em Arequipa

Eleição no Peru será decidida no segundo turno

O escritor Mário Vargas Llosa, candidato da direita às eleições presidenciais no Peru terá que aguardar o segundo turno para saber se irá governar o país.

A vitória, que parecia fácil para ele, foi ameaçada pelo candidato do Movimento Independente Câmbio 90, Alberto Fujimori. Última Página.

Funai demite funcionário que critica Calha Norte

O presidente interino da Funai, Airton Alcântara Gomes, puniu o técnico que elaborou documento entregue ao Presidente Collor quando de sua visita ao Projeto Calha Norte.

Rio de Janeiro poderá taxar o uso dos mananciais

Está tramitando pelas comissões técnicas da Assembléia Legislativa Fluminense projeto de lei do deputado Carlos Minc (PT) propondo a criação de uma taxa de utilização dos recursos hídricos estaduais, com vista, sobretudo, a prevenir acidentes ecológicos nos mananciais dentro do território do Estado do Rio.

Pelo Projeto de Lei nº 1.046, a taxa incidirá sobre a captação de água, tendo por base a quantidade e a finalidade, e o lançamento de afluentes líquidos com base na vazão e na toxicidade, bem como geração de energia elétrica, com base na área alagada e no volume de

água represada.

Ao propor a cobrança, o deputado Carlos Minc se preocupou, inicialmente, em dar cumprimento ao artigo 26, inciso I, combinado com o 20, da Constituição Federal, tendo em vista a preservação do meio ambiente.

Sem desvio

Em seu projeto, o parlamentar petista assegura a destinação dos recursos provenientes da arrecadação da taxa à conta do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), sem possibilidade de desvio para outra finalidade que não a de preservação do meio ambiente.

O deputado Carlos Minc justificou sua iniciativa lembrando que a taxa de utilização de recursos hídricos naturais tem sido adotada com sucesso em diversos países, dentro do quadro de uma política de gerenciamento ambiental e controle da poluição que utiliza mecanismos tributários e financeiros.

Esse procedimento, nos países que cobram taxa, visa sobretudo evitar a socialização indiscriminada dos custos da proteção e da recuperação do meio ambiente, e dar maior transparência aos investimentos e aos resultados das ações governamentais nesse campo. (Jornal do Comércio, 05/04/90)

Rhodia retira areia contaminada na cidade de Cubatão

Engenheiros, motoristas e operários da Rhodia 25 no total - iniciaram, dia 4, a remoção de cerca de 900 toneladas de areia contaminada com hexaclorobenzeno de uma lagoa na margem direita do rio Cubatão, que corta o município industrial do mesmo nome na Baixada Santista.

O composto, que deverá ser incinerado, é altamente cancerígeno e sua contaminação se dá no contato com a pele ou pela

ingestão de água contaminada. O produto foi encontrado na margem do rio em novembro do ano passado por funcionários da Prefeitura de Cubatão e teria sido deixado no local no início dos anos 70 pela indústria Clorogil, comprada em 1978 pela Rhodia.

O hexaclorobenzeno é um subproduto da fabricação de solventes clorados e pentaclorofenol, o pó da China, produto cancerígeno e de fabricação

proibida que foi muito usado no passado como conservante de madeira. Antes de ser comprada pela Rhodia, a Clorogil, única empresa a utilizar o produto na região, já havia feito vários depósitos clandestinos do produto nas proximidades de Cubatão. Em 1980, ficou famosa a descoberta de um destes depósitos com 30 mil toneladas de hexaclorobenzeno em Samaritá, a 30 quilômetros do pólo industrial. (Jornal do Comércio, 05/04/90)

Aconteceu nº 539 27 de março a 16 de abril de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983 Telefone: (011) 825-5544 01238 - São Paulo - SP

Editor Xico Teixeira Reg. Prof. 1928/07/16
Editora assistente Lígia Dutra Reg. Prof. 3407/14/60
Secretaria Eliane Lobato
Composição Kátia Simões e Paulo Roberto S. Garcia
Produção Gráfica Alcino Demby
Fotolitos e Impressão Tribuna da Imprensa

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: Cr\$ 170,00 Assinatura de apoio: Cr\$ 260,00 Assinatura exterior: US\$ 50

Aos nossos leitores

Como a maioria dos setores da sociedade brasileira, o CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação - também sofreu as consequências do atual Plano de Estabilização Financeira do governo brasileiro. Estas consequências se fizeram sentir mais fortemente em nossas publicações.

O ACONTECEU viu-se portanto, obrigado a interrom-

per, momentaneamente, a sua periodicidade normal. Durante um certo tempo, que esperamos seja curto, teremos que alterar o ritmo de nossa programação, sem causar, porém, maiores prejuízos aos nossos assinantes.

Neste momento de dificuldades, esperamos contar com a mais irrestrita solidariedade dos nossos colaboradores, assinantes e leitores,

não só na compreensão dessas modificações, nesta fase de transição, mas na continuidade da remessa de novas assinaturas, incluindo as de apoio.

Renovamos nosso compromisso de continuar contribuindo, através do ACONTECEU, para uma informação mais verdadeira ao processo social brasileiro. (CEDI/Coordenação)

Plano trouxe sentimento de punição aos poupadores

Tem que dar certo. O batido refrão do Plano Cruzado, que na sua versão moderna foi reeditado com o slogan *vencer ou vencer*, não foi inventado à toa. Todo economista sabe - independente da cartilha por que reza - o quanto a confiança da sociedade é importante para o sucesso de qualquer plano econômico. "A formação de expectativas positivas e a reação da sociedade são fatores muito importantes", constata o economista Francisco de Assis. O que se tem visto nas ruas, no entanto, não chega a ser animador.

Desde a edição do Plano Colô, está difícil retomar a vida normal - as filas nos bancos parecem não ter mais fim; os boatos de feriado bancário e de quebraadeira geral no setor geram pânico e susto; gente comum não consegue resolver seus problemas banais como pagar a conta de água; os saques em dinheiro cresceram numa proporção assustadora; a histeria consumista abrange desde supermercados até lojas de importados, passando pelas lojas de eletrodomésticos, que já exibem as prateleiras vazias.

Mentira

"Este desconforto na vida prá-

tica está durando demais", reclama o filósofo e professor da UFRJ Gerd Bornheim, lembrando o quanto é difícil mudar os hábitos de uma sociedade inteira. Desde julho, o país convivia com a constante ameaça de uma hiperinflação e agora pode chegar ao final do mês de abril com uma inédita deflação. "Temos um tipo de cultura que tende a levar o homem a acreditar que a mentira é verdade", aposta Bornheim. Um exemplo típico é a correção monetária, uma ilusão mensal com a qual já estavam habituados os investidores das cadernetas de poupança. Quanto maior o rendimento, maior a inflação, porque os juros são sempre de 0,5% ao mês.

"Acho que vou acabar com saudade daquele tempo em que eu aplicava meu salário no fundo de curto prazo e ganhava 70% de rentabilidade, mesmo sabendo que era pura ilusão", admite o publicitário Rogério de Almeida, ainda atônito com a quantidade de novas regras a que foi obrigado a se acostumar tão rapidamente.

"Nós tínhamos várias ilusões - a do rendimento da poupança, a do reajuste salarial -, mas o fantasma do desemprego não rondava a vida de todo mundo",

lembra Francisco de Assis, certo de que quando todo assalariado teme pelo seu emprego, alguma coisa não vai bem na economia.

Perversidade

A maior crítica que Francisco de Assis faz ao plano é em relação à imensa intervenção do Estado na vida do cidadão. "O governo entrou na vida de cada um de uma maneira indevida. Além do mais, existe um efeito punitivo muito injusto", reclama. É exatamente contra esta punição do indivíduo que o psicanalista Jeremias Ferraz Lima ergue um protesto. "Foi um golpe econômico, que é uma forma moderna de aplicar golpes contra a sociedade", atesta Jeremias. Na sua opinião, a maior perversidade deste golpe é desvincular o dinheiro da questão afetiva.

"Existe um grande sentimento de depressão, porque as pessoas foram penalizadas nos seus projetos pessoais e tratadas como criminosas, quando na verdade usavam os mecanismos de defesa de que a própria sociedade dispunha, como o overnight ou a caderneta de poupança", explica o psicanalista. (JB, 09/04/90)

59 mil operários parados em março, no Grande ABC

O total de empregados em licença-remunerada das indústrias do Grande ABC já chega a 53,3 mil, enquanto que as férias coletivas atingem 6 mil funcionários - segundo os sindicatos de trabalhadores. Isso equivaleria a 4,96% da População Economicamente Ativa (PEA) da região, que conforme dados das prefeituras e do Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano chegou a 1,195 milhão de habitantes em 89 (a população total era de 2,307 milhões). É bom lembrar no entanto que alguns funcionários das empresas moram em cidades próximas ao Grande ABC.

Os sindicatos continuam registrando um avanço nas licenças prin-

cipalmente nas metalúrgicas. Em São Bernardo, 350 dos 1000 trabalhadores da Mangels entraram dia 28 em licença remunerada de 35 dias. Em Diadema, a Godks (120 empregados) e a Forja São Paulo (230) deram licença de 13 dias, e os 210 empregados da fábrica 2 da Brasinca entraram em licença por tempo indeterminado. O sindicato dos metalúrgicos registrou ainda 50 dispensas na Bozza (110 funcionários) de São Bernardo.

Em Santo André, os 20 funcionários entraram dia 29 em licença de 35 dias e a Eaton está com 80 dos seus 500 funcionários sob licença de quatro dias. Em Rio Grande da Serra, a Poloni dispensou também

por quatro dias 310 de seus 710 empregados. Em São Caetano, a metalúrgica Parili reduziu em 25% a jornada de trabalho de seus 130 funcionários.

Químicos

No setor químico, a Brakofix, de São Bernardo, deu férias coletivas de 35 dias a 800 de seus 1500 empregados. Também entraram em férias 400 dos 600 empregados da Ferro Ematel e 200 dos 1500 funcionários da Glasurit. No setor têxtil, a Lã Tieri deu licença remunerada de sete dias para 250 de seus 300 funcionários. (Diário do Grande ABC, 29/3/90)

Ato em defesa da CSN reúne 2 mil

Mais de duas mil pessoas participaram de um ato público promovido pelo Sindicato dos Metalúrgicos na Praça Juarez Antunes, em Volta Redonda, dia 4, em protesto contra a paralisação de alguns setores produtivos da empresa, pela garantia do emprego e contra a ameaça de privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Um forte esquema de segurança formado pela Polícia Militar garantiu a manifestação que se realizou sem incidentes, apesar do clima de tensão reinante em Volta Redonda.

Participaram do ato a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda, vereadores do PT e do PDT, representantes de entidades de classe da região do Vale do Paraíba e funcionários de empresas estatais.

O clima em Volta Redonda, apelidada pelos metalúrgicos de **Rainha da Sucata** em virtude da desativação de vários setores da CSN, era de expectativa. A atenção dos operários estava dividida entre o ato de protesto marcado para a tarde e a reunião da diretoria da CSN que acontecia no Rio. Durante todo o dia, correram

boatos anunciando a demissão do presidente da empresa, Juvenal Osório.

- Estamos de olho no Rio, mas também preocupados com o ato público. Com a reunião do Rio, por causa dos salários de março que estão atrasados. No ato, vamos aprovar nossas propostas que serão encaminhadas diretamente ao Governo Federal: negociação das dívidas de curto prazo, através de um crédito do Banco Central, para atender às necessidades da folha de pagamento, aumento do preço do aço no mercado interno e a retomada dos serviços paralisados, informou Luís Albano, um dos diretores do sindicato.

Segundo Albano, em virtude da paralisação de oito setores essenciais da CSN, deixarão de ser entregues em abril 116 mil toneladas de aço.

Com a suspensão da produção de folha de flandres (só fabricada pela CSN) serão prejudicadas as indústrias de latas de óleo, azeite, cerveja, a indústria naval e a indústria automobilística. Vários clientes tradicionais da CSN já suspenderam suas encomendas. (O Dia, 5/4/90)

Dispensas no BBC atingem 50 empregados

O Banco Brasileiro Comercial (BBC) demitiu mais de 50 funcionários, segundo denunciou o presidente do Sindicato dos Bancários de Goiás, Pedro Ferreira Amaral. Ele disse ter obtido informações de que o BBC demitirá 30% do pessoal de suas agências e 20% de sua matriz. A diretoria do banco informou que o seu presidente, Melchior Luiz Duarte, estava viajando e não havia quem pudesse falar sobre as demissões.

Pedro Amaral considerou contraditório o posicionamento do senador Irapuan Costa Júnior (PMDB/GO), acionista majoritário do BBC, de apoio ao Plano Collor, de colaboração com o atual governo, "mas, no entanto, é um dos primeiros a promover demissões em massa".

Ele disse que os bancos, no sentido de reduzir seus custos, estão suspendendo o tíquete restaurante e não pagam as horas-extras. (Jornal do Commercio, 5/4/90)

Ferrovários protestam por salários

Os funcionários da Rede Ferroviária Federal fizeram dia 4 manifestação de protesto em frente à sede da empresa contra o atraso dos salários.

A direção da Rede confirmou o que já havia divulgado no início da semana, que hoje seria liberado apenas o pagamento dos que ganham até Cr\$ 15 mil. Os demais receberão só 50%, com a promessa de que o restante dos salários será pago em 10 dias. A Rede está com seus recursos bloqueados, inclusive os da receita de fretes, desde a implantação do Plano Collor, e por isso, segundo sua assessoria, está com dificuldades para saldar integralmente os compromissos com os funcionários.

O presidente do Sindicato dos Ferrovários da Central do Brasil, Carlos Santana, garantiu porém que a categoria vai lutar pela manutenção de seus direitos, bem como se mobilizar contra a privatização da empresa e a estadualização da CBTU.

O presidente do sindicato disse ter informações de que cerca de 25 mil funcionários (20 mil da Rede e 5 mil da CBTU) deverão ser demitidos, caso os processos de privatização e estadualização sejam concretizados. Ele acrescentou que, apesar da insatisfação dos ferroviários com o atraso no pagamento, está descartada, no momento, qualquer paralisação de trens. (O Dia, 5/4/90)

Bancos não aceitam fazer negociações

Pela terceira vez consecutiva esta semana, o Sindicato dos Bancos de Minas Gerais se recusou a negociar com os trabalhadores do setor questões relativas ao excesso de serviço acarretado pelo Plano Collor. Os representantes dos banqueiros, que haviam se comprometido a comparecer a uma reunião na delegacia regional do trabalho, em Belo Horizonte, justificaram a ausência com uma carta ao delegado auxiliar, Carlos Magno Amaral Veloso, dizendo que a negociação se fará em âmbito nacional, através da Fe-

deração Brasileira dos Bancos (Febraban).

Os bancários dizem estar trabalhando entre 10 e 14 horas, carga que tem gerado sérios problemas de stress, cansaço e riscos de erros aos funcionários das instituições. Marcelo D'Agostini, presidente da entidade, disse que, além do excesso de horas extras, os trabalhadores muitas vezes são convocados a comparecer ao serviço também nos finais de semana e não têm garantidas as horas extras. (Jornal do Commercio, 5/4/90)

Andima começa a enxugar seu quadro

A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andima) demitiu dia 4 oito funcionários, sendo sete do Rio de Janeiro e um de São Paulo, em função das restrições impostas pelo Plano Collor às empresas e entidades em geral. No Rio, os funcionários são todos da área administrativa - secretárias, contínuos, datilógrafas e recepcionistas. O de São Paulo é da área de Comunicação Social. Do dia 18 até

agora a Andima já reduziu suas despesas em Cr\$ 2 milhões.

O quadro da Andima hoje é composto por 115 funcionários, sendo 70% da área de prestação de serviços e 30% da administrativa, incluindo os 20 funcionários que trabalham no Selic. Os salários daqueles que permanecem no emprego foram preservados, segundo Mendonça. (Jornal do Commercio, 5/4/90)

Boatos de demissão agitam bancários

Embora não tenha ainda dados efetivos sobre o número de demissões que ocorrem no setor, o Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro está detectando uma onda de boatos sobre corte de funcionários em vários bancos.

Os bancários não pretendem tratar isoladamente das demissões, mas encaminhar o assunto dentro de uma pauta, que inclui a questão salarial - a perda da classe desde o início do Plano Collor, segundo a assessoria econômica do sindicato, é de 177% - e a sobrecarga de trabalho a que vêm sendo submetidos os bancários.

A direção sindical teve audiência com o subsecretário estadual do Trabalho, e tratou, principalmente, das demissões feitas no Banco Nacional, onde vários departamentos estão sendo extintos. O subsecretário se comprometeu a enviar telex ao ministro do Trabalho e à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, além de garantir que vai convidar a Febraban para uma mesa-redonda com o objetivo de discutir os problemas dos bancários.

As demissões consumadas até agora, segundo o diretor do sindicato, Alexandre Lopes, são as seguintes: 143 no Unibanco, 50 no Banco Nacional, e 152 no Chase Manhattan. Todas após a decretação do plano econômico. Esses números, entretanto, não são definitivos, pois, segundo Alexandre Lopes, há informação de que alguns bancos estão dispensando funcionários e postergando as homologações. A partir do momento da demissão, a empresa tem dez dias para homologá-la. (Jornal do Commercio, 5/4/90)

PMDB abre estatal para capital externo

O capital estrangeiro poderá comprar ações de empresas estatais no limite de 49% do capital votante. Esta é uma das alterações propostas no parecer do relator de medida provisória que institui o Programa Nacional de Desestatização, Marcelo Cordeiro (PMDB-BA). As mudanças refletem as decisões do PMDB e serão levadas verbalmente aos líderes dos outros partidos.

A proposta original do governo não fixou limites para a participação do capital estrangeiro, estabelecendo apenas que poderão ser impostas restrições para transmissão das ações a empresas não nacionais.

"Queremos evitar a desnacionalização das estatais", justificou Cordeiro. Seu parecer não faz qualquer referência à conversão de títulos da dívida externa em ações, deixando a cargo do governo a decisão sobre a utilização desse instrumento de privatização.

O relatório inclui a reserva de 10% das ações das empresas à venda para seus funcionários. Avançando ainda sobre o que propõe a medida provisória, o relator estabelece a participação dos trabalhadores da empresa em processo de privatização, bem como de empresários do setor no Conselho Nacional de Desestatização. O presidente do Conselho e quatro pessoas de notório saber em direito econômico, mercado de capitais, economia ou administração de empresas terão que ser submetidas a aprovação pelo Congresso. A medida provisória prevê que a indicação de todos os integrantes do Conselho (não inclui trabalhadores e empresários) é atribuição do presidente da República. (JB, 6/4/90)

Fim da Interbrás gera perdas em dólar

O Brasil vai ter uma perda imediata de US\$ 700 milhões anuais de exportações que são vinculadas à compra de petróleo e que deixarão de ser feitas com a extinção da Interbrás, **trading** da Petrobrás. Com o fim da empresa, as contrapartidas não poderão ser realizadas por **tradings** privadas, porque a Petrobrás não pode, por lei do monopólio, ser o avalista de outras companhias para essas operações.

Outro problema é que os países que fazem essas operações com o Brasil são de economias centralizadas, principalmente os do Oriente Médio, que só negociam de Governo a Governo. A notícia de que a Interbrás foi extinta, pela Medida Provisória 151, já causou prejuízos e perdas de negócios para o Brasil no competitivo mercado externo, segundo fontes da área de comércio exterior.

A Interbrás, que é a maior **trading** da América Latina, com faturamento, ano passado, de US\$ 2,7 bilhões, compete com as maiores **tradings** internacionais, como a Mitsui, com fatura-

mento anual de US\$ 126 bilhões; a C. Itoh, US\$ 88,5 bilhões; a Mitsubishi, US\$ 86,7 bilhões; e a Sumimoto, US\$ 80 milhões.

Além das contrapartidas com petróleo, a Interbrás realizava as operações **offshore**, que garantem exportações de produtos brasileiros, que sem essas operações seriam inviáveis. A Interbrás, nesse caso, para viabilizar exportações nacionais para determinados países, compra de terceiros os produtos que o cliente solicita. Um exemplo é o caso da Malásia que compra do Brasil tubos de aço produzidos pela Confab, no valor global de US\$ 46 milhões. Em troca, a Interbrás compra, em outros países, produtos para a Malásia, não fabricados no País.

Ano passado a Interbrás faturou US\$ 2,7 bilhões e neste ano previa atingir US\$ 3,1 bilhões. Atualmente estão em andamento contratos já assinados no valor global de US\$ 500 milhões e se forem suspensos envolverão elevados prejuízos referentes às multas sobre rescisões contratuais. (O Globo, 1º/4/90)

Extinção beneficia empresa privada

A Cotia é a segunda maior **trading** do País, perdendo apenas para a Interbrás, subsidiária da Petrobrás que está prestes a ser extinta. A empresa já admitiu que tem interesse em contratar técnicos da Interbrás, caso a estatal seja mesmo extinta. Atualmente, ela já conta com um ex-executivo da Interbrás, o diretor Joseth Tutunjan, ligado ao ex-ministro das Minas e Energia e ex-presidente da Petrobrás, Shigeaki Ueki.

A Cotia tem vários representantes na equipe econômica do governo e isto intriga até mesmo os burocratas do governo.

Eles admitem que a extinção da Interbrás vai, inevitavelmente, beneficiar a Cotia **Trading**, já que esta, por ser uma organização eficiente, ocupará certos espaços de mercado deixados pela **trading** estatal. Aliás, a Cotia já se beneficiou até do monopólio estatal sobre as importações de petróleo, irregularmente. Em 1985, a **trading** fazia as operações de troca de petróleo por gêneros alimentícios com a Nigéria, através de delegação de atribuição pela Petrobrás. A intermediação foi julgada ilegal pela Justiça, interrompendo o lucrativo negócio. (O Globo, 1º/4/90)

Falta de recursos ameaça reconstrução de barragem

A esperada visita a Iguape do Superintendente de Água e Energia Elétrica (DAEE), Paulo Bezerril Júnior, para apresentação do projeto de reconstrução da barragem do Valo Grande, rompida desde janeiro, decepcionou ambientalistas, políticos, agricultores e a população do município. Bezerril alegou falta de verbas para descartar a possibilidade de realizar as obras de desassoreamento do Rio Ribeira e para restabelecer a travessia do Vaio Grande por balsa. No final da reunião, realizada na tarde do dia 8 de março, o re-

presentante da Portobrás, Antônio Granjio, disse que a estatal poderá não aprovar o projeto, se não forem feitas profundas alterações na eclusa planejada.

As ameaças à reconstrução de Valo Grande, não pararam por aí. Bezerril disse que as verbas que dispõe são suficientes para apenas seis meses de trabalho.

As obras de dragagem e desassoreamento da foz e do leito do Rio Ribeira, reivindicadas por toda comunidade por meio de um acordo inédito entre ambientalistas e agricultores e que

resultou na "Carta de Iguape", também foram descartadas por Bezerril.

Outra frustração para as quase 200 pessoas que compareceram à reunião foi a afirmação de Bezerril que negou a possibilidade de restabelecer a travessia do Valo Grande por balsas, como era antes da construção da barragem. O superintendente do DAEE aceitou com a possibilidade de construir uma ponte provisória sobre o Valo, que possibilitaria a travessia de veículos. (O Estado de São Paulo, 10/3/90)

A iniciativa privada vai construir 4 hidrelétricas

Quatro projetos de geração de energia em pequenas centrais hidrelétricas, orçados em US\$ 113,5 milhões, estão sendo executados em Santa Catarina com recursos da iniciativa privada.

Os contratos para execução das obras de geração - com poucas exceções, monopolizadas no País pelo setor estatal - foram formalizados ao longo dos dois últimos anos entre empresários e a concessionária estadual da Eletrobrás, a Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

● **Usina Hidrelétrica (UH) de Peri:** situada em Curitiba, na região central do estado, Peri é uma usina de 1,5 MW de potência que está sendo ampliada para 4,5 MW (obra iniciada em janeiro último), com custo total estimado em US\$ 4,5 milhões.

● **Usina Garcia II:** com 15 MW, Garcia II será construída pelo grupo Portobello, que atua nos segmentos de cerâmica e açúcar, no município de Angelina.

● **Usina de Cubatão:** maior projeto em andamento com par-

ticipação da iniciativa privada, Cubatão está projetada para 45 MW e custará US\$ 50 milhões. A usina fica em Joinville, nordeste do estado, com obras a serem iniciadas no segundo semestre e conclusão programada para três anos e meio.

Duas companhias atuantes no ramo de beneficiamento de madeira, a Battistella e a Tacolindner, deverão bancar a obra, em proporções a serem acertadas em reunião neste mês.

● **Usina de Xanxerê:** a ser construída no rio Chapecozinho, no oeste do estado, município de Marema, Xanxerê tem projetada uma potência de 20 MW. A obra está orçada em

US\$ 34 milhões e o MW custará em média US\$ 30, segundo Aurich.

Reuniões realizadas com empresários da região oeste apontam, segundo Aurich, para a formação de um consórcio de empresas autogeradoras, no qual a Celesc participa com uma cota de US\$ 5 milhões, referentes a obras de barragem, já realizadas. Até 30 de junho deste ano, pretende-se iniciar as demais obras, e a conclusão está programada para três anos e meio. (Gazeta Mercantil, 14/3/90)

N.E. : O local da construção da Usina de Xanxerê fica dentro de uma área indígena.

Relatório da CESP não convence

A falta de um cronograma e garantia de obras e indenizações que compensem os impactos econômicos e sociais a serem causados pela inundação da barragem de Três Irmãos, no rio Tietê, foram as maiores críticas recebidas pela Cesp na audiência pública que

analisou o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) apresentado pela empresa. Promovido pela Secretaria de Meio Ambiente, o encontro terminou na madrugada do dia 15 de março, na cidade de Pereira Barreto (Folha da Tarde, 16/03/90)

Sem-Terra do Paraná quer desapropriação imediata

O Secretário do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Paraná, Roberto Baggio, disse que o novo Ministro da Agricultura, Antonio Cabrera Mano Filho, tem uma maneira rápida de demonstrar sua disposição efetiva de implantar a reforma agrária no país: assinar os decretos de desapropriação de 5,6 milhões de hectares cujos processos estão prontos no Incra. Segundo Baggio, as áreas seriam suficientes para abrigar cem mil famílias, reduzindo os conflitos de terra mais graves no país. No Paraná 85 mil hectares seriam imediatamente desapropriados.

- A meta de assentar 500 mil fa-

mílias prometidas pelo novo ministro é muito tímida. A Nova República prometia colocar 1,4 milhão de sem-terras e assentou apenas 50 mil famílias em cinco anos.

Além de novas desapropriações, o Movimento dos Sem-Terra tem ainda duas outras reivindicações ao Governo Collor: que o Incra continue como organismo vinculado diretamente ao Gabinete da Presidência da República e que parte - US\$ 15 bilhões - dos cruzados novos retidos no Banco Central seja direcionada para subsidiar a produção nos assentamentos já existentes.

Em Araraquara, São Paulo, o

presidente da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, Hélio Neves, disse não acreditar que o novo ministro da Agricultura consiga fazer uma reforma agrária. Neves considera impraticável colocar a União Democrática Ruralista junto com os trabalhadores para discutir o problema.

- É a mesma coisa que colocar o gato para vigiar a lingüiça - comprou, lembrando que cada vez que não se quer fazer nada neste país o governo resolve criar um conselho e se esquece que há 25 anos o país tem o Estatuto da Terra. (O Globo, 2/4/90)

Agricultura tem dois ministros em 15 dias de governo

O pecuarista Antônio Cabrera Mano Filho, que assumiu em 3 de abril, reúne as características que o presidente Fernando Collor desejava para o seu ministro da Agricultura: jovem, atlético, empreendedor e reconhecido pela competência empresarial entre os produtores rurais. Além disso, o novo ministro faz parte do círculo de amigos do presidente. Cabrera foi escolhido por Collor para o Ministério da Agricultura depois que Joaquim Roriz deixou o cargo, menos de duas semanas após assumi-lo, para disputar o governo do Distrito Federal. A candidatura do ex-minis-

tro da Agricultura é uma estratégia de Collor no sentido de fazer oposição à candidatura do PT no DF, que nas últimas eleições presidenciais obteve larga margem de votos nos dois turnos.

Com relação à reforma agrária, a proposta do novo ministro é de chamar a iniciativa privada para custear o Programa Nacional de Reforma Agrária, pois segundo ele o governo não tem recursos para mobilizá-lo.

Cabrera liderou a campanha e Collor na região de São José do Rio Preto (SP), conseguindo, em 100 municípios vizinhos, 80% dos votos

para o então candidato do PRN.

O novo ministro é produtor rural do interior do Estado de São Paulo, e comanda com sua família o grupo Fazendas Reunidas Cabrera, um complexo agropecuário que se estende pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e São Paulo. Em 88, os Cabrera tinham 200 mil hectares reunidos em 23 fazendas, o que os tornava na época um dos maiores proprietários rurais do país.

Durante a Constituinte, participou de leilões promovidos pela União Democrática Ruralista (UDR). (MC/I)

Relatório da CPT aponta recorde de tortura no Maranhão

O Maranhão é recordista nacional em casos de torturas de lavradores. Dos 66 casos registrados ano passado no Brasil, exatamente a metade foi praticada neste estado. O Maranhão está também entre os que mais realizaram despejos judiciais de trabalhadores rurais, num total de 90 dos 3.107 que foram verificados. Os números da violência no campo, no Maranhão, foram mostrados pelo padre Jerônimo Nunes, secretário nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT),

que está em São Luís divulgando um documento sobre conflitos no campo, que será transformado em livro. Para o padre Jerônimo Nunes, apesar de o governo Sarney alardear que o Plano Nacional de Reforma Agrária foi quase totalmente executado no Maranhão, foram feitas apenas as desapropriações, faltando o assentamento das famílias. O documento da CPT diz ainda que no estado tem pistoleiro agindo em conjunto com a polícia. "A Justiça maranhense é eficiente, mas para de-

fender os interesses dos latifundiários", ironizou o secretário da CPT.

Dados da CPT indicam que 5.613 famílias maranhenses estão ameaçadas de expulsão. O assessor jurídico da CPT, João Coimbra de Melo, acusa a polícia do Maranhão de agir em benefício dos latifundiários, usando de violência contra os trabalhadores. Melo diz ainda que o governo estadual é omissivo e não coíbe os abusos praticados. (JB, 24/3/90)

O MST e a luta pela terra frente ao governo Collor

No mês de março a Secretaria Nacional do MST divulgou uma nota intitulada "A Situação Atual do Campo frente ao governo Collor", na qual faz uma análise da conjuntura baseada nos acontecimentos mais recentes com relação à luta pela terra. A seguir alguns trechos da nota, que inclui uma avaliação das lutas em diferentes estados.

"Com a vitória de Collor nas eleições, a correlação de forças na conjuntura nacional passou a pender inteiramente para as forças mais conservadoras. A partir de meados de janeiro, passamos a assistir a uma verdadeira avalanche de perseguições e repressões diretamente pelos latifundiários e seus pistoleiros ou grupos paramilitares. Resumidamente, apresentamos um quadro detalhando a atual situação em alguns estados.

Rio Grande do Sul: houve uma ocupação por 1.400 famílias que estavam desde setembro esperando promessas. Foi feito acordo com o governo estadual de não intervenção da polícia e de negociar a alimentação e uma área de mil hectares. Mas, à noite, grupos paramilitares dos latifundiários mantinham o acampamento em estado de pânico, disparando tiros nas proximidades e sobre o acampamento.

Santa Catarina: houve uma reocupação com algumas famílias. A polícia não foi, mas um grupo paramilitar fez o despejo, utilizando de violência contra as pessoas e destruindo todos seus pertences.

Paraná: famílias que ocuparam uma área no município de Telêmaco Borba tiveram permissão do Juiz para continuarem na área. À noite, um grupo paramilitar atacou o acampamento com armas de grosso calibre e até lança-chamas que queimaram todos os barracos e pertences. Mas as 350 famílias re-

sistiram e ainda permanecem no local.

Espírito Santo: os latifundiários estão aumentando as perseguições contra os trabalhadores. Recentemente, o carro do MST foi apreendido pela polícia sob a alegação de ser roubado. Com a intervenção de advogados do MST, pediram desculpas e soltaram. Posteriormente prenderam dois lavradores (João Capacete e Jovenil Pereira) por estarem envolvidos em conflitos numa fazenda em Pedro Canário. Os dois lavradores ainda estão presos.

Rio Grande do Norte: duas trabalhadoras, Livânia Frazon e Maria das Graças, foram presas por três dias pela PM, sofrendo maus tratos e todo tipo de interrogatório, por fazerem reuniões nas comunidades de lavradores.

Paraíba: um grupo paramilitar, que atua na região do Brejo, fez um despejo por conta própria ferindo gravemente à bala três lavradores numa área de conflito, onde os posseiros vivem há mais de 40 anos.

Minas Gerais: as 100 famílias de trabalhadores rurais sem terra que, na madrugada de 23/01, ocuparam

uma fazenda no município de Iturama, foram violentamente despejados por tropas da polícia militar e um grupo de pistoleiros. O conflito iniciado às 19 horas, estendeu-se por toda a madrugada. Os lavradores foram espancados e tiveram seus barracos queimados e utensílios destruídos. Vinte pessoas foram presas, entre elas, uma advogada e um sacerdote ligado à CPT. O clima na região continua tenso.

Todo esse clima é para fazer uma política de "Terra arrasada", por parte dos próprios latifundiários, utilizando-se de grupos paramilitares e de setores da polícia, ainda que não autorizados. Com isso, parecem ter carta branca do governo Collor, que não quer ter problemas com os sem terra em seu governo. Do ponto de vista político, essa repressão visa quebrar qualquer organização dos trabalhadores e impedir que se mobilizem para exigir seus direitos. (MC/I)

• O II Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, será realizado nos dias 8, 9 e 10 de maio em Brasília.

Usineiros são privilegiados no Plano

Os usineiros de Alagoas e Pernambuco conseguiram o privilégio de receber em cruzeiros os subsídios de preço do açúcar e do álcool referentes aos meses de janeiro e fevereiro. O Banco do Brasil liberou, no final da semana passada, Cr\$ 846,79 milhões que haviam sido depositados em cruzados novos pelo Instituto de Açúcar e do Alcool (IAA) um dia antes da decretação do Plano Collor. Segundo sua presidenta, Elisabeth Seródio, o IAA não participou da decisão de converter o crédito de cruzados novos para cruzeiros, já que o Instituto

foi oficialmente extinto pelo novo governo. Ela argumentou, no entanto, que os subsídios dos usineiros ficaram de fora da norma geral válida para o restante da sociedade.

O pagamento dos subsídios em cruzeiro favorece vários políticos nordestinos, entre eles o senador João Lyra (PMDB-AL), proprietário das usinas Guaxuma, Lajinha e Urubai e seu irmão Carlos Lyra (suplente de senador pelo PFL), que além de usineiro é sogro de Pedro Collor, irmão do presidente Fernando Collor. (FSP, 09/4/90)



Rio inicia mutirão

A Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro pretende iniciar o programa de alfabetização ainda no mês de maio. O Mutirão de alfabetização, que envolverá cerca de cinco mil professores, alunos e leigos ligados a educação, terá início este mês, com o treinamento dos agentes multiplicadores, como são chamados os professores e estudantes que vão treinar outros alfabetizadores. O programa tem o objetivo de reforçar a alfabetização das crianças, para evitar a evasão durante o período básico, da 1ª a 4ª série, e ensinar jovens e adultos a leitura, interpretação e noções de matemática. Os interessados terão 12 horas de aula por semana, com a duração de um ano e meio de curso. Segundo explicou a coordenadora do Departamento Geral de Ensino, professora Amélia Noronha, as aulas terão flexibilidade no horário para atender as diversas situações dos candidatos jovens e adultos que trabalham.

Sem verba para desenvolver o projeto, contando apenas como voluntariado de 17 universidades e faculdades do Estado do Rio, 2.000 professores do ensino supletivo, 2.000 estagiários do terceiro ano do curso normal e mil leigos com experiência em alfabetização, incluindo universitários, a Secretaria Estadual de Educação, espera obter verbas externas através de acordos com o MEC. (Jornal dos Sports, 01/04/90)

Protesto da normalista

O Instituto de Educação completou quinta-feira dia 6, 110 anos de fundação mas as comemorações não se limitaram à tradicional solenidade de incorporação dos novos alunos, como ocorre todos os anos. Desta vez, cerca de 2 mil pessoas, entre alunos, ex-alunos, pais, professores e funcionários abraçaram o antigo prédio da Rua Mariz e Barros, na Praça da Bandeira, simbolizando um apelo à melhoria da qualidade do ensino público e denúncia sobre a situação de falência da educação.

Primeira escola a formar professores para o ensino fundamental no Brasil, o Instituto de Educação vive hoje os mesmos problemas enfrentados pelas escolas da rede pública, que sofrem com a falta de verbas para a educação. Além da escassez de recursos para modernizar laboratórios e a biblioteca, o colégio não tem mobiliário suficiente para os 4.500 alunos - da creche ao segundo grau - e 800 professores. (JB, 03/04/90)

Analfabetismo no ABC

No Ano Internacional da Alfabetização, o Brasil não tem muito o que comemorar. Os programas nacionais de erradicação do analfabetismo falharam e o número bruto de pessoas sem grau de escolaridade chegou a 32,7 milhões, entre os quais cinco milhões de crianças em idade escolar, em apenas dois anos. É o que revela a última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNDA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em 1988. No Grande ABC, a situação não é menos preocupante. Cerca de 11,5% da população não sabe ler ou escrever, o que representa 264.148 pessoas.

Mas, pela primeira vez na história brasileira, a Constituição reconhece o dever do Estado na questão da alfabetização. O artigo 60 das Disposições Transitórias determina que, nos primeiros 10 anos da promulgação da Constituição, o poder público deve mobilizar todos os setores organizados da sociedade para aplicar, pelo menos, 50% dos recursos destinados ao ensino no combate ao analfabetismo.

As Prefeituras do Grande ABC começam a desenvolver projetos de alfabetização de jovens e adultos. Atualmente, os cursos de alfabetização e ensino supletivo atendem cerca de 24 mil pessoas, com idade média entre 14 e 45 anos. (Diário do Grande ABC, 1º/04/90)

Escola humilha alunos

O diretor do Centro Educacional 1 do Cruzeiro Velho no Distrito Federal, Elso Pereira de Britto, está condicionando a entrada dos seus alunos pelo portão principal da escola ao pagamento da taxa da Associação de Pais e Mestres (APM), que este mês foi estipulada em Cr\$ 150. Esta atitude porém, contraria o regimento interno da Fundação Educacional (FEDF), que proíbe os estabelecimentos de ensino de vincularem a cobrança da contribuição da APM a qualquer atividade escolar.

"Quem não tem comprovante só não pode entrar pelo portão de acesso, eles tem que passar antes na diretoria para justificar o motivo do não-pagamento", salienta o diretor. Isto, entretanto, segundo os alunos, é humilhante. "A contribuição é espontânea e não pode ter data rigorosa para o pagamento. Por isso não tem cabimento ficar apresentando recibo para entrar na escola", frisa Erivelton Neves, da 7ª série. (JB, 30/03/90)



Recife quer ampliar a rede de ensino

O Movimento Unificado Constituinte Popular - MUCP - quer garantir na Lei Orgânica de Recife a ampliação da rede municipal de ensino, com a construção de escolas para atender a população em áreas de ocupação consolidada e conjuntos habitacionais.

Isso não foi contemplado, de forma explícita, no texto sistematizado da Constituição Estadual que está sendo elaborado na Câmara. No entanto, no capítulo de política urbana, existe um princípio geral que fala em descentralização de equipamentos urbanos, que pode abranger escolas, postos de saúde e outros. Cabe ao movi-

mento popular se valer disso quando da elaboração do plano diretor.

Em relação à democratização das escolas públicas municipais, foi acatada emenda do vereador Renildo Calheiros (PC do B) que estabelece eleições diretas para diretores e vice-diretores desses estabelecimentos de ensino.

Tal princípio acaba com as indicações politiquieiras de vereadores e deputados. Além disso, a proposta prevê a participação de professores, pais, alunos, funcionários e representantes da comunidade nos conselhos escolares. (Folha dos Bairros/Recife-PE, fev, mar, 90)

No Rio mais verbas para a educação

Um dos dispositivos mais avançados do capítulo que trata da Educação determina que pelo menos 35% da arrecadação de impostos e dos repasses recebidos pelo Município terão que ser aplicados no sistema educacional do Rio. Neste capítulo, está consagrado também o sistema de eleições diretas para os diretores de escolas, com a ressalva de que os candidatos terão que apresentar habilitação em administração escolar obtida em curso de pedagogia de nível superior. Na

parte relativa aos portadores de deficiência, está previsto o atendimento educacional especializado por uma equipe multidisciplinar de educação especial nas escolas.

O Artigo 343 estabelece que o Prefeito deverá convocar, a cada dois anos, uma Conferência Municipal de Educação para avaliar a situação educacional no Município e fixar diretrizes gerais do Plano Municipal de Educação. (O Globo, 31/03/90)

Ecologia estará em todas disciplinas

Ao contrário do que se esperava, Ecologia não será uma disciplina à parte no conteúdo curricular das escolas de 1º e 2º graus do País. Ao definir, com clareza, como será cumprido o Artigo 225 da Constituição Federal, o ministro da Educação, Carlos Chiarelli, afirmou que o tema deverá estar presente em todas as matérias. A Constituição prevê o ensino de Educação Ambiental em todos os níveis, e a conscien-

tização pública para que o meio ambiente seja preservado.

O Ministério da Educação vai formar um grupo de trabalho, integrado por educadores, que auxiliará a Secretaria de Meio Ambiente na implantação do projeto.

Para Chiarelli, esse é o primeiro passo para "reverter a posição de réu que o país ocupa na questão ambientalista". (A Tribuna/Santos, 24/3/90)

Conselhos vão eleger diretores de escola

Professores, alunos, pais e diretores participaram dia 31 de março em três bairros de São Paulo do lançamento da Campanha de Democratização da Escola Municipal, promovida pela Secretaria de Educação. De acordo com o coordenador da campanha, Valmir Santos, 28, o objetivo é incentivar a participação da comunidade nos conselhos de escola. Somente 20 pessoas participaram da reunião na biblioteca municipal de Santo Amaro.

Idealizados na gestão do ex-prefeito Mário Covas (1983-85), os conselhos foram implementados com caráter deliberativo pela prefeita Luiza Erundina. Deles participaram, representantes de alunos, professores, diretores, funcionários e pais de alunos. A idéia da secretaria, "a médio prazo", é que os conselhos elejam os diretores das escolas.

Para a mãe de aluno de escola municipal em Santo Amaro e professora da rede estadual Luiza Cavaleiro, 31, o principal problema dos conselhos tem sido "a pouca experiência da população em participar das decisões". "Os principais problemas da escola onde meu filho estuda são um muro que precisa ser aumentado para evitar invasões e a adaptação dos professores à nova orientação pedagógica das escolas de educação infantil, que não vão mais se preocupar em forçar a alfabetização precoce, deixando que a criança se alfabetize naturalmente a partir de sua experiência", disse.

Poupança de tribo fica bloqueada pelo pacote

O pacote econômico do novo governo poderá acabar com um dos mais bem-sucedidos programas de preparação de uma comunidade indígena para se tornar auto-suficiente, desenvolvido pela Funai entre os índios Gaviões, Paracanã, Assurini, Suruí, e Xicrin, na região de Marabá, no sul do Pará. Os recursos desse programa, muitos dos quais obtidos pelos próprios índios - como os NCz\$ 400 mil da venda de castanha-do-Pará extraída pelos Para-

canãs em suas terras-, estão em grande parte bloqueados nos bancos. Os mais prejudicados são os Gaviões, da aldeia Mãe Maria, que possuem NCz\$ 42 milhões numa caderneta da Caixa Econômica Federal em Marabá, dinheiro proveniente de uma indenização que receberam em 1985 da Companhia Vale do Rio Doce, pela passagem da Ferrovia de Carajás por suas terras. A primeira indenização foi recebida em 1980, da Eletronorte, pela passagem da

linha de transmissão da hidrelétrica de Tucuruí. Esse dinheiro foi todo gasto em quatro anos, mas aos recursos da Vale os índios tentaram dar melhor administração: depositaram o valor na caderneta de poupança.

Segundo o administrador da Funai em Marabá, José Ferreira Campos Júnior, esse rendimento era utilizado para as diversas despesas da tribo, como manutenção de carros, alimentação e compra de vestuário. (O Estado de São Paulo, 22/03/90)

Índios buscam auto-suficiência explorando extrativismo

Como uma comunidade indígena pode se tornar autosuficiente economicamente sem que seu habitat natural seja destruído ou sua cultura degradada? Os índios Parakanã pretendem começar a dar a resposta daqui a um ano e meio, quando farão a primeira colheita dos cinco mil pés de cacau que plantaram há dois anos no Posto Indígena Marudjewara localizados nos municípios de Jacundá e Irupiranga. Assim como os Parakanã os índios Assurini, Suruí, Xicrim e Gavião também realizaram o plantio de cacau em suas reservas, como parte de uma programação de atividades produtivas que vem sendo desenvolvida pela Administração Regional da Funai de Marabá que presta assistência a esses grupos indígenas.

"O extrativismo é a atividade produtiva, sob todos os aspectos que dará mais condições para que os índios assistidos por nossa administração se tornem auto-suficientes economicamente e deixem de depender da própria Funai" acredita o engenheiro florestal José Ferreira

Campos Júnior, administrador da Funai de Marabá que integra a jurisdição 4ª Superintendência Regional do órgão, sediada em Belém e que abrange os Estados do Pará, Maranhão e Amapá.

José Ferreira revela que só este ano já foram plantados 63 mil pés de cacau nos postos indígenas Trocará, Sororó, Parinati e Mãe Maria, numa média de mil pés por hectare. Além da comercialização o objetivo principal da atividade cacaujeira os índios utilizarão uma pequena parte da produção para ser consumida nas aldeias.

Preservação

A opção pela utilização do sistema de sub-bosque - plantio embaixo da floresta - para a introdução da cultura do cacau nas áreas indígenas assistidas pela Administração Regional de Marabá segundo José Ferreira, foi feita por dois motivos básicos: o primeiro pelo sistema de plantio dispensar as tradicionais queimadas e o outro, pela facilidade que os índios terão para fazer a manutenção da

plantação: através do reflorestamento - derrubada da vegetação rasteira - da floresta.

"Os índios estão muito animados com a introdução da cultura do cacau em suas atividades produtivas tanto que eles foram responsáveis em grande parte pelo plantio dos cerca de 90 mil pés em suas reservas", garante o administrador regional da Funai de Marabá. Ele disse também que, ainda este ano, o plantio do cupuaçu será introduzido na Aldeia Mãe Maria, e posteriormente outras Aldeias, também como parte da implementação do extrativismo nas áreas indígenas assistidas pela ADR de Marabá.

Segundo José Ferreira, a introdução do extrativismo nas reservas indígenas da ADR, de Marabá não significa o abandono das tradicionais roças de subsistência - arroz, milho, feijão e mandioca - por parte dos índios. "Assim como a caça e a pesca as roças de subsistência continuarão a ser praticadas pelos índios mas para o consumo interno das comunidades indígenas", ressaltou o administrador da Funai. (O Liberal, 20/03/90)

Collor manda dinamitar pistas em terras Yanomami

O Presidente Fernando Collor determinou dia 24 ao Diretor Geral da Polícia Federal, Delegado Romeu Tuma, que 110 pistas clandestinas construídas em território Yanomami para servir aos garimpos sejam dinamitadas. A ordem foi dada durante a visita ao Programa Calha Norte, em Roraima. Vestido com uniforme de campanha do Exército, o Presidente conheceu uma maloca Yanomami, sobrevoou garimpos desativados e inspecionou o Pelotão Especial do Exército em Surucucus, próximo da fronteira com a Venezuela.

A dinamitação das pistas clandestinas põe fim de uma vez por todas à possibilidade de nova invasão de garimpeiros à área Yanomami. Ela já havia sido dada, mas não foi cumprida, pela Justiça Federal de Brasília, ao Ministério da Aeronáutica, nos últimos meses do Governo Sarney.

O Presidente anunciou também a formação de uma comissão especial, composta por representantes das Secretarias do Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia e Assuntos Estratégicos e do Estado-Maior das Forças Armadas, para estudar o reordenamento da Amazônia. Essa comissão terá prazo de um ano para terminar seus trabalhos e, com base nos seus estudos, apoiados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, serão indicadas as áreas de preservação ambiental e as possíveis de exploração econômica.

Também com apoio da Força Área Brasileira, a Secretaria Especial de Meio Ambiente vai vistoriar

a área Yanomami para verificar se os garimpos ilegais que tiveram sua desativação determinada pela Justiça voltarem a funcionar. A Polícia Federal calcula que o custo para a destruição das 110 pistas clandestinas em Roraima, será de apenas Cr\$ 240 mil, em Surucucus.

O Presidente Fernando Collor assistiu a uma exposição do Comandante Militar da Amazônia, General Antenor Santacruz de Abreu, sobre o Programa Calha Norte e a participação do Exército

na fiscalização das fronteiras.

Na visita ao Calha Norte, o Presidente da República foi acompanhado pela mulher, Dona Rosane; pelos filhos Arnon Affonso e Joaquim Pedro, que também vestiram uniformes de campanha; e por quase todos os Ministros de Estado. Ausentes, apenas a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo; o Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva; e o Ministro da Justiça, Bernardo Cabral. (O Globo, 25/03/90)



Novo governador de Roraima quer rever área Yanomami

O governador indicado do território de Roraima, Rubens Villar, defende a revisão dos limites da reserva dos índios Yanomami para garantir também a permanência dos garimpeiros na área. Villar foi indicado dia 28 de março para ocupar o cargo pelo presidente Fernando Collor.

"Não podemos ficar de braços cruzados olhando uma montanha de ouro", disse o governador indicado, que vai substituir Romero Jucá

Filho, que foi nomeado para o cargo pelo ex-presidente José Sarney.

Segundo Villar, o governo deve promover uma "demarcação" da reserva indígena, para assegurar a "convivência pacífica" entre índios e garimpeiros. "Me dou bem com os dois lados, mas a área (da reserva indígena dos Yanomami) é enorme. Temos que rever isso", afirmou Villar.

Para o governador indicado, índios e garimpeiros servem às vezes

de "massa de manobra" de grupos internacionais. Segundo ele, o território sempre foi tratado como uma espécie de "quintal de Brasília".

Depois de "ordenar o garimpo", o governador indicado pretende obter a liberação de áreas para que os garimpeiros continuem trabalhando. Rubens Villar é suplente de senador por Alagoas e coordenou a campanha eleitoral de Collor, no ano passado, na região Norte. (Folha de São Paulo, 29/03/90)

Funai suspende o atendimento aos Yanomami

A operação de emergência para prestar atendimento médico aos índios Yanomami, em Roraima, está parada por falta de recursos. Cinco equipes médicas, que deveriam ter chegado à região em que vivem os Yanomami no último dia 15, não puderam viajar. Os Cr\$ 9 milhões que a Fundação Nacional do Índio (Funai) recebeu do Ministério do Interior (Minter) para a continuidade do programa es-

tão congelados no Tesouro Nacional. Com a reforma administrativa, a Funai passou do extinto Minter para o Ministério da Justiça. Por isso, os recursos originários do Minter ficarão retidos até que se conclua a liquidação do ministério. A Funai espera receber logo recursos orçamentários para retomar a operação. O ministro da Saúde, Alceu Guerra, afirmou dia 27, em entrevista exclusiva à Folha,

que o governo "tem firme disposição" de retirar todos os garimpeiros que invadiram a área indígena. A invasão do garimpo é uma das principais causas de doença entre os índios. O doutor Leite Saraiva (coordenador das ações de saúde para os índios durante o governo Sarney) já está preparando ações imediatas para atacar a situação", afirmou. Guerra visitou a região com o presidente Fernando Collor. (FSP, 28/03/90)

Destino da Funai ainda é uma incógnita

O Ministro da Justiça, desde o último dia 15, é o responsável pelas populações indígenas brasileiras, mas a manutenção da Fundação Nacional do Índio (Funai) é uma incógnita. O Decreto 99.180, assinado pelo presidente Fernando Collor de Mello, não faz qualquer referência ao órgão. Diz apenas que o Ministério tem, entre outras atribuições, em sua área de competência, os índios.

Enquanto o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, não define a política indigenista e o destino da Funai, o órgão está sendo administrado pelo coronel Ailton Alcântara Gomes, superintendente-geral.

"Não temos nenhuma orientação específica", diz o Coronel Alcântara Gomes. Até a decisão em contrário, ele continua trabalhando normalmente, junto com mais 4.680 funcionários que consomem 90 por cento do orçamento do órgão, estimado em Cr\$ 211 milhões para este ano. A folha de pagamento de março corresponde a Cr\$ 190 milhões. (Correio Braziliense, 21/03/90)



José Lutzenberger

Lutzenberger quer Funai na sua área

"Índio e floresta não se separam." Esta é a tese que vai basear a defesa do professor José Lutzenberger de transferir a Funai, hoje subordinada ao Ministério da Justiça, para a Secretaria Nacional do Meio Ambiente. A proposta foi feita durante a visita de Lutzenberger, dia 28, à embaixada dos povos da floresta, em São Paulo, e será formalizada no início da próxima semana, em Brasília, através de documento assinado também pela União das Nações Indígenas (UNI) e pelo Conselho de Defesa do Índio, informou a

Agência Globo.

"A transferência das atribuições da Funai para a Secretaria do Meio Ambiente já é uma decisão da comunidade indígena e teve o apoio do professor Lutzenberger, que se comprometeu a trabalhar dentro do governo para viabilizar a proposta", informou o representante da UNI, Marcos Terena.

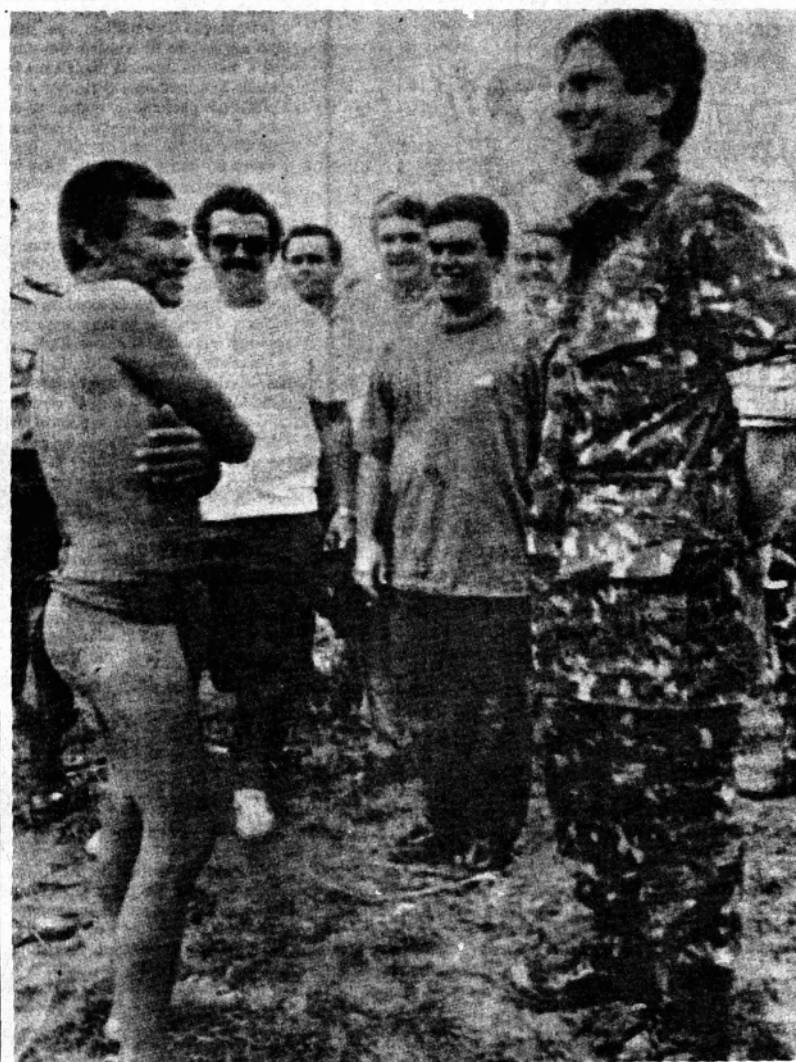
A proposta de Terena é a criação de um novo órgão, possivelmente dentro da estrutura do Ibama, para executar a política indigenista. (Gazeta Mercantil, 29/03/90)

Relatório sobre o Calha Norte causa demissão

A intenção do governo Collor de readequar o projeto Calha Norte provocou a sua primeira baixa: o sertanista Cornélio Vieira de Oliveira foi exonerado do cargo de assessor de Assuntos Fundiários da Fundação Nacional do Índio (Funai) pelo presidente do órgão, coronel Airton Alcântara. O motivo foi um relatório feito por Oliveira para subsidiar a viagem do presidente Fernando Collor a Roraima, demonstrando como o projeto militar atropelou a ação da Funai entre os índios Yanomami. "Você fez um documento acusando as Forças Armadas", disse-lhe, irritado, o coronel Alcântara. O documento

acabou sendo entregue a Collor com cortes, mas o secretário-geral da Presidência, Marcos Coimbra, ao tomar conhecimento do fato, chamou a atenção de Alcântara: "Você não podia ter censurado". Alcântara, então, voltou-se contra o assessor. Oliveira só não perdeu o emprego porque tem 17 anos de Funai e é concursado, mas ficou sem 35% de seu salário. Uma semana antes, ele havia preparado um relatório do gênero sobre os Waimiri-Atroari (AM), para o primeiro-ministro italiano Giulio Andreotti, que o distribuiu fartamente entre jornalistas estrangeiros. Mas não houve censura.

"Como podemos esconder a realidade do nosso próprio presidente?", indagava-se Oliveira, atônito com a exoneração. No relatório sobre os Yanomami, ele apontava que, desde a implantação do Calha Norte (1985), "a Funai ficou a reboque do processo e o campo ficou limpo para os garimpeiros" - frases cortadas pelo coronel. Oliveira ainda falava de desentendimentos entre a Funai e a Saden (antigo conselho de segurança nacional) para definição de territórios indígenas. E citava como, no caso Yanomami, "O Executivo foi chamado à responsabilidade pelo ministério público. (OESP, 30/03/90)



Mussolini 3º Mundo

O presidente Fernando Collor (à dir.) conversa com um índio Yanomami durante visita que realizou para inspeção do Projeto Calha Norte, em Roraima, perto da fronteira com a Venezuela. Collor fez a inspeção vestido com um uniforme de campanha do Exército. Nenhum dos presidentes do período militar utilizou farda no exercício do cargo, prática comum a ditadores como Benito Mussolini, na Itália fascista. (Folha de São Paulo, 26/03/90)

Votos de Fujimori adiam decisão no Peru

As pesquisas de boca-de-urna realizadas dia 8 pelos principais institutos de Lima jogaram a decisão quanto ao próximo presidente do Peru para um segundo turno. O escritor Mário Vargas Llosa, 54, da Frente Democrática (Fredemo), e Alberto Fujimori, 51, do Movimento Independente Câmbio 90, ambos de centro-direita, serão adversários nessa próxima fase. A data prevista para o segundo turno é 10 de junho.

Segundo a Peruana de Opinión Pública, um dos dois principais institutos de pesquisa do país, os resultados deverão ser os seguintes: 35,5% para Vargas Llosa, 28,8% para Fujimori, 18,4% para Luis Alva Castro (do Apra, partido do presidente Alan García), 7,3% para Henry Pease (Esquerda Unida) e 4,3% para Alfonso Barrantes (Esquerda Socialista). Os peruanos também elegeram deputados federais, senadores e novas Assembleias em seis das 11 províncias do país.

Os resultados oficiais da eleição só vão ser conhecidos, segundo Carlos Castanheda, presidente da Justiça Eleitoral Peruana, daqui a 15 ou 20 dias.

Já se esperava, porém, que a apuração apresentasse quadro decidido na madrugada do dia 9.

Alberto Fujimori, o primeiro candidato a comentar os resultados, disse esperar que a campanha "siga o mesmo ritmo" que o tirou dos últimos lugares, há apenas um mês, para o segundo lugar no pleito desse domingo. Segundo ele, o resultado é uma confirmação de que há uma par-

cela do eleitorado peruano que quer um candidato independente.

Enquanto o clima no Hotel Crillon - onde estava Fujimori - era de grande euforia, no hotel Sheraton - onde Vargas Llosa montou seu quartel-general - os assessores da Frente Democrática não escondiam a irritação. Não se esperava índice inferior a 40%. (FSP, 9/4/90)

Llosa propõe coalizão a adversário

Mario Vargas Llosa, em função dos resultados não-oficiais do primeiro turno da eleição peruana, propôs dia 8 uma negociação com Alberto Fujimori para formar um governo de coalizão. "Convido o engenheiro Fujimori a conversar para que cheguemos a uma fórmula democrática e racional do que é uma mensagem inequívoca do povo peruano", disse o candidato da Frente Democrática.

Segundo Vargas Llosa, "o primeiro turno foi uma derrota contundente dos candidatos que defendem uma ideologia coletivista". O candidato disse acreditar que o programa de Fujimori é semelhante ao seu, na defesa de propostas libe-

rais. "Quero ter um diálogo franco com ele para articular um novo governo desde já", afirmou.

O resultado do primeiro turno diminuiu em muito o favoritismo de Vargas Llosa. Os relativamente baixos percentuais das pesquisas de boca-de-urna, somados à definição de um adversário também independente, colocam em perigo uma vitória que até bem pouco tempo era dada como certa. Mas, mesmo que não saia a coalizão, a equipe de Vargas Llosa não se dá por derrotada. "Não esqueça que Collor de Mello obteve um índice muito menor no primeiro turno", afirmou Enrique Elias, chefe da campanha. (FSP, 9/4/90)

Aconteceu

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fds.
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis, 983
01283 São Paulo SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL